

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 526.987 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S)	: MARIO DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: DARCY ROSA CORTESE JULIÃO

EMENTAS: 1. SERVIDOR PÚBLICO. Previdenciário. FEPASA. Abono. Extensão aos inativos. Possibilidade. Agravo regimental improvido. Precedentes. O abono concedido aos ferroviários em atividade é extensível aos aposentados e pensionistas da FEPASA.

2. RECURSO. Agravo regimental. Inadmissibilidade. Jurisprudência assentada. Ausência de razões consistentes. Decisão mantida. Agravo regimental improvido. Nega-se provimento a agravo regimental tendente a impugnar, sem razões consistentes, decisão fundada em jurisprudência assente na Corte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros CELSO DE MELLO e JOAQUIM BARBOSA.

Brasília, 07 de agosto de 2012.

Ministro CEZAR PELUSO
Relator

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 526.987 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. CEZAR PELUSO
AGTE.(S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGDO.(A/S)	: MARIO DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: DARCY ROSA CORTESE JULIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (RELATOR): Trata-se de agravo interposto contra decisão do Ministro **AYRES BRITTO** do teor seguinte :

“DECISÃO : Vistos, etc.

O agravo não merece acolhida. É que predomina nesta Casa Maior de Justiça o entendimento de que as vantagens de natureza genérica, concedidas a servidores da ativa, são extensíveis aos inativos, em nome do princípio da isonomia. Vejam-se, a propósito, REs 301.080 e 410.288, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence; REs 385.041 e 402.090, Relator o Ministro Carlos Velloso; e REs 297.639 e 351.449, Relator o Ministro Sydney Sanches.

No presente caso, o aresto impugnado concluiu que o abono em apreço possui caráter geral, tendo sido concedido a todos os servidores ativos. Logo, é devida a sua extensão aos inativos, sendo certo que discussões acerca da sua natureza jurídica se restringem ao campo infraconstitucional.

A propósito do entendimento aqui esposado, consulte-se o AI 485.534, Relator Ministro Sepúlveda Pertence, que tratou de caso semelhante.

Incide, por fim, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Assim, frente ao art. 557 do CPC e ao § 1º do art. 21 do RI/STF, nego seguimento ao agravo.

Publique-se.” (fl. 153)

AI 526.987 AGR / SP

Sustenta a parte agravante que: **a)** não se aplica o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal, pois o benefício foi estabelecido em dissídio coletivo e não por lei; **b)** o texto constitucional preconiza a necessidade de extensão quando houver uniformidade de concessão do benefício a todos os empregados em atividade e não apenas a um reduzido grupo; **c)** não há falar em aplicação das **súmulas 282 e 356**, uma vez que esses pontos foram explicitamente abordados pela Corte de origem; e **d)** o Supremo Tribunal Federal entende que é impossível a extensão de vantagem concedida a servidores em atividade a inativos, sob pena de afronta àquele comando constitucional, conforme precedentes citados (fls. 156-160).

É o relatório.

07/08/2012

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 526.987 SÃO PAULO

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (RELATOR): 1. Inconsistente o recurso.

A decisão agravada invocou e resumiu os fundamentos do entendimento invariável da Corte, cujo teor subsiste invulnerável aos argumentos do recurso, os quais nada acrescentaram à compreensão e ao desate da *quaestio iuris*.

Neste sentido cito o **AI nº 694.707-AgR/SP**, Rel. Min. **RICARDO LEWANDOWSKI**, Primeira Turma, DJe de 18.9.2009, **RE nº 592.755-AgR/SP**, Rel. Min. **GILMAR MENDES**, Segunda Turma, DJe de 25.10.2010 e **AI nº 587.222-AgR/SP**, Rel. Min. **DIAS TOFFOLI**, Primeira Turma, DJe de 25.8.2011, assim ementado:

“EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. FEPASA. Abono. Extensão aos inativos. Possibilidade. Legislação local. Contrato Coletivo de Trabalho. Incidência das Súmulas nºs 280 e 454/STF. Precedentes. 1. O abono concedido aos ferroviários em atividade é extensível aos aposentados e pensionistas da FEPASA. 2. O recurso extraordinário não se presta ao reexame da legislação infraconstitucional local e dos termos firmados no referido Contrato Coletivo de Trabalho. Incidência das Súmulas nºs 280 e 454/STF. 3. Agravo regimental não provido.”

2. É oportuno, aliás, advertir que o disposto no art. 557, do CPC, e no art. 21, § 1º, do RISTF, desvela o grau da autoridade que o ordenamento jurídico atribui, em nome da segurança jurídica, às súmulas e, posto que não sumulada, à jurisprudência dominante, sobretudo desta Corte, as quais não podem desrespeitadas nem controvertidas sem graves razões jurídicas capazes de lhes autorizar revisão ou reconsideração. De modo

AI 526.987 AGR / SP

que o inconformismo sistemático, manifestado em recurso carente de fundamentos novos, pode ser visto como abuso do poder recursal.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 526.987

PROCED. : SÃO PAULO

RELATOR : MIN. CEZAR PELUSO

AGTE.(S) : ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGDO.(A/S) : MARIO DOS SANTOS

ADV.(A/S) : DARCY ROSA CORTESE JULIÃO

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 07.08.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes e Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Francisco de Assis Vieira Sanseverino.

p/ Fabiane Duarte
Secretária